

## Uma mulher intelectual em tempos pioneiros: Heloísa Alberto Torres, nação e a formação das ciências sociais brasileiras\*

por Adelia Maria Miglievich Ribeiro\*\*

### Apresentação

**E**m 1932, Bastos de Ávila – intelectual, médico e professor de Antropologia do Museu Nacional, na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, conhecido também pelo pioneirismo no emprego de métodos estatísticos, para o tratamento de fatos biométricos – escreve o romance *No Pacoval de Carimbé*, agraciado com o prêmio Ramos Paz, da Academia Brasileira de Letras, tendo como protagonista de sua narrativa uma *jovem e brilhante cientista, dona de uma aguda inteligência e tenaz força de vontade*, a Srta. Lúcia de Abreu.

A personagem liderava uma expedição à Ilha de Marajó, norte do Brasil, no início de 1930, cheia de percalços. Cartas anônimas, fragmentos de mapas, ciladas e charadas levariam a expedicionária até a arte indígena marajoara que, só a partir de 1870, começou a ser citada nos meios científicos nacionais e internacionais. A viagem seria o coroamento de anos de estudo em que a Srta. Lúcia de Abreu se dedicara às preciosas peças de cerâmica recolhidas nos *mounds*<sup>1</sup> marajoaras – inúmeros potes de barro, revestidos de riquíssimas decorações gravadas, pintadas e modeladas – que recebiam dos pesquisadores, do Museu Nacional, na cidade do Rio de Janeiro, o tratamento de bens culturais, formando algumas das mais belas coleções etnográficas da instituição.

Curiosamente, porém, *No Pacoval do Carimbé* não narrava uma aventura fictícia, fruto apenas da fértil imaginação de seu autor. Com direito à liberdade poética, sem dúvidas, o cientista narrava um significativo fragmento da história da ciência, desta vez, protagonizado por uma jovem cientista, um misto de arqueóloga e antropóloga da cultura material – a antropologia então existente - que vivenciava o ritual da passagem dos estudos de gabinete para a pesquisa de campo. Srta. Lúcia de Abreu era o codinome de Heloísa Alberto Torres, a personagem real que nos ocupa estas páginas em razão de sua decisiva presença em seus quase 60 (sessenta) anos de dedicação à ciência.

Uma busca no acervo pessoal<sup>2</sup> de Heloísa Alberto Torres “mata a charada” se alguma dúvida ainda restasse sobre a identidade real da personagem do premiado romance. Mas, a pesquisadora guardou, ao longo dos anos, o caderno de campo da

\* O artigo deriva de minha tese de doutoramento, intitulada “Heloísa Alberto Torres e Marina São Paulo de Vasconcellos: entrelaçamento de círculos e a formação das ciências sociais na cidade do Rio de Janeiro”, defendida em 2000, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciência Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA-IFCS-UFRJ), sob orientação de Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Glaucia Villas Bôas cujos estudos da memória das ciências sociais brasileiras na proposição de perspectivas inéditas de análise têm contribuído de forma ímpar para o reconhecimento de seu pluralismo e riqueza. Este artigo é dedicado a Padre Fernando Bastos de Ávila - filho de Bastos de Ávila - de quem recebi, em mãos, após uma alegre e marcante entrevista, o romance que seria um expressivo detonador de minha pesquisa acerca de Heloísa Alberto Torres.

\*\* Dra. em Sociologia – IFCS – UFRJ. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Literatura da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) – Brasil

<sup>1</sup> Expressão inglesa para descrever as jazidas no Mississipi com formações análogas àquelas existentes na Ilha de Marajó contendo inúmeros objetos, em barro, e de populações desaparecidas.

<sup>2</sup> Encontra-se no Arquivo da *Casa de Cultura Heloísa Alberto Torres* (Arquivo CCHAT), no município de Itaboraí, no Estado do Rio de Janeiro. Não há numeração no citado documento.



viagem a Marajó, permitindo-nos uma compreensão mais exata dos acontecimentos. Nele, encontram-se desenhos e mapas – feitos a mão, pela autora – de arquipélagos e logradouros a serem visitados. Somam-se aos mapas e às ilustrações, uma relação de expressões idiomáticas regionais referentes a animais, comidas, peixes, bem como observações acerca da cultura local e relatos de superstições nativas, dentre as quais, a *lenda do boto*. Nas páginas do caderno, enfim, está um diário da viagem iniciada em 25 de julho de 1930, partindo do Rio de Janeiro para a Bahia, a bordo do *Duque de Caxias*, atravessando Maceió (AL); Recife (PE); Fortaleza (CE); Belém (PA); e alguns lugarejos no interior da Amazônia – Catarina Chaves, Mexiana, Nazareth, Ananatuba, Montenegro, Pacoval de Cururu, entre outros. A viagem durou de 25 de julho a 10 de outubro. No caderno, registram-se ainda os trabalhos de escavação nas covas, o levantamento e o acondicionamento do material cerâmico, levado para as coleções do Museu Nacional. Constam nas anotações leituras feitas pela cientista: *Regularização das águas na Ilha de Marajó* de Bento de Miranda; *O problema do desagamento em Marajó*, de José Ferreira Teixeira; *Estudos das correntes do Rio Arari*, de Van Roof, e outros relatórios de engenharia. De forma objetiva, Heloísa registrava também a data de início das escavações, o horário de início e término dos trabalhos diários (Miglievich Ribeiro, 2000: 57).

Em seu retorno à cidade do Rio de Janeiro, a professora do Museu Nacional proferiu uma conferência sobre a arte marajoara, na Escola Nacional de Belas Artes. O texto original da palestra, publicado em folheto no dia 19 de setembro de 1929<sup>3</sup>, foi encaminhado pessoalmente pela pesquisadora a inúmeros museus e instituições científicas, no Brasil e no exterior. Ao mesmo tempo, Heloísa guardou consigo as mensagens, cartas e telegramas de agradecimento, que recebia dos contemplados. Uma atitude que demonstrava o senso de seu valor mas também a consciência de que o *status* de cientista não lhe seria transmitido por herança em que pese o sobrenome paterno<sup>4</sup>, ao contrário, lhe exigiria o máximo rigor nos estudos dentro dos moldes prescritos na comunidade científica<sup>5</sup>.

Foi o estudo da cerâmica marajoara que lhe propiciou o *salto qualitativo* que a

<sup>3</sup> Doc. 045/016 - “Cerâmica de Marajó” – conferência realizada por Heloísa Alberto Torres, na Escola Nacional de Belas Artes, série Salão, 1929. Ed. Typ “Brasil Social”; 170, RJ.

<sup>4</sup> Seu pai fora o renomado estadista e jurista Alberto Torres, nascido no ano de 1865, em Itaboraí – distrito de Porto das Caixas, no Estado do Rio de Janeiro, tendo iniciado sua carreira política, como líder abolicionista, eleito para a Constituinte Fluminense, em 1890. Posteriormente, em 1893, elegeu-se para a Câmara Federal. Tornou-se Ministro da Justiça aos 30 anos, no Governo de Prudente de Moraes, entre de 1896 e 1898. Afastou-se do cargo, para assumir a Presidência do Estado do Rio de Janeiro, entre 1897 e 1900. Encerrou a carreira política ao ser nomeado Ministro do Supremo Tribunal. Escreveu duas obras do pensamento social brasileiro: *A organização nacional* e *O problema nacional brasileiro*, ambas publicadas em 1914. Combateu as teses de Gobineau e outras acerca da suposta superioridade racial nórdica, acusando as raças colonizadoras de se socorrerem da ciência, para garantir seus direitos de hierarquia e subordinação. Em *A organização nacional* (1914), inverteu o discurso da indolência do homem brasileiro, justificada por critérios racistas, e atestou, em seu lugar, o estado de desequilíbrio geral, fruto da desorganização nacional e da ausência de políticas públicas. Alberto Torres faleceu, aos 51 anos, em 1917. Cf. Lemos, 1995.

<sup>5</sup> Berta Lutz (1894-1976) era a única mulher cientista no Museu Nacional contemporânea de Heloísa Alberto Torres, tendo ingressado no Museu, por meio de concurso, em 1919, como zoóloga. Mais tarde, foi presidente da Federação Brasileira para o Progresso Feminino, lutou pelo voto feminino e por mudanças na legislação trabalhista, em favor da mulher. Nos depoimentos dos entrevistados, ambas as mulheres, de temperamento forte, seguiam *estilos* diferentes, o que evitou um convívio mais estreito mas não as impediram de compartilhar, como membros de uma mesma instituição, várias solenidades comuns, mantendo a mútua cordialidade além de interagirem na vida pública. Cf. Miglievich Ribeiro, “Heloísa Alberto Torres e Marina São Paulo de Vasconcellos: entrelaçamento de círculos e a formação das ciências sociais na cidade do Rio de Janeiro”, 2000.



emanciparia da condição inicialmente exclusiva de *filha de um grande homem do Estado* para a de disciplinada pesquisadora. Seu trabalho trouxe à comunidade científica o exame dos ricos artefatos de cerâmica marajoara, completamente desconhecidos até 1870. Segundo ela, os povos do vale do Amazonas não pareciam, aos olhos dos viajantes europeus, civilizações tão avançadas quanto às da América Central e às da Cordilheira dos Andes, com suas suntuosas construções de pedra. Para a pesquisadora, os naturalistas estrangeiros desconsideravam o fato de que as *sociedades primordiais* são bem mais coagidas pelos ditames do meio ambiente do que as chamadas sociedades modernas. Neste sentido, a posse de abundante material de pedra incitou as civilizações centro-americanas à construção de monumentos grandiosos que revelava, sim, sua admirável cultura. A população de Marajó, por sua vez, apenas conhecedora da argila, com o barro fez sua arte cuja complexidade do trabalho em suas formas geométricas era indiscutível.

A professora pôde assim contestar a tese de Louis Agassiz – *difamador de nossa gente* conforme disse ela em sua publicação. Agassiz afirmara que *as populações indígenas no Brasil não representavam mais que restos dispersos e decadentes das civilizações extintas, povos em dispersão*. Atribuiu o preconceito, para com nossos indígenas, aos insuficientes estudos sobre nossos artistas oleiros. Citando as expedições realizadas por Hartt, geólogo norte-americano, e as de outros, mostrou que a arte de nossos índios estava sendo resgatada, enfim, em seu valor. Entretanto, antecipando traços de sua futura identidade no campo da ciência - a de diretora do Museu Nacional e a de membro do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil - alertava para o fato de que, apesar das belas e preciosas peças trazidas por Ferreira Penna e Ladislau Netto, para o Museu Nacional, e mesmo as de Orville Derby, já como membro da Comissão Geológica do Império, constituírem um importante acervo da instituição, tantas outras de valor inestimável para a cultura nacional saíam do país sem controle algum por parte das autoridades brasileiras, *rumo a museus mais ricos que os nossos* (Torres, 1929: 3).

Heloísa mostrava que a civilização de Marajó não se destacara como produtora, em larga escala, de cerâmica, mas suas peças – preservadas nos mostruários das galerias do Museu Nacional - revelavam formas bojudas, elípticas, triangulares, abauladas e sempre ricamente ornamentadas, o que lhes conferia raro cuidado artístico. Confirmando a tese de Max Schmidt – eminente mestre do Museu de Etnografia de Berlim, que trocara a Universidade pelas pesquisas entre os índios brasileiros –, a cientista reafirmou:

A arte, na opinião tão bem fundamentada de Max Schmidt, surgiu da técnica. Uma vez constituído o primeiro motivo ornamental, terá então impressionado a sensibilidade do artífice que, desenvolvendo-o, transformava-se em artista consciente, introduzindo alterações na própria técnica, na disposição dos padrões, na criação de figuras de animais, etc. Mas o móvel primeiro foi uma circunstância decorrente da técnica (Torres, 192: 22).

Contrariou, entretanto, teorias tais como de as Posnanski, chamando-as de *estapafúrdias*, por pretender explicar os desenhos marajoaras, associando-os a fenômenos naturais. Rechaçou, também, a comparação feita pelo naturalista entre um *escalonado* e um *raio*, se os artistas de Marajó assim representassem um raio. Criticou Hartt como etnógrafo, por buscar uma *pseudo-teoria* estética para compreender o desenvolvimento da arte marajoara (*Ibid.*: 27). Tornou-se efetivamente uma especialista. Não é gratuito que Gilberto Freyre, em *Casa Grande e Senzala*, no capítulo segundo, *O indígena na formação da família brasileira*, tenha feito referência direta ao trabalho de



Heloísa<sup>6</sup>, também publicado na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional<sup>7</sup>.

Observando ainda que as peças marajoaras *têm horror ao vazio* é que toda sua superfície é completamente coberta com decorações, distintamente das artes primitivas americanas que são acentuadamente naturalistas, aquelas de Marajó caracterizavam-se pela firmeza rígida da forma geométrica, pela feição sintética com que retratava a natureza nas representações em superfície. Segundo Heloísa Alberto Torres, isto só foi possível graças ao retardamento na aquisição de um bem cultural objetivo – o conhecimento da própria cerâmica –, que deu tempo para que, trabalhando apenas na arte do trançado, as gerações se dedicassem ao aperfeiçoamento das figuras no barro.

## 2) Círculos intelectuais

Na construção de sua carreira científica, Heloísa ligou-se a nomes masculinos de prestígio: o campo científico na década de 1930 no Brasil era masculino e, majoritariamente, estes advinham das famílias de *status*<sup>8</sup>. Seu pioneirismo começa, porém, quando, na sucessão de Roquette Pinto, diretor do Museu Nacional, é ela, já professora concursada, eleita sua sucessora, a despeito das personalidades masculinas de igual ou maior renome.

O ano em que perdeu o pai, foi também aquele em que Heloísa, aos 22 anos, decidira estudar Antropologia de modo que procurou, juntamente com a irmã e algumas amigas interessadas, o Professor Roquette Pinto, no Museu Nacional. Ingressou na instituição como estagiária. No passar de 10 (dez) anos, tornou-se (já o grupo das amigas desfeito, exceto por sua irmã, Marieta, que passara a trabalhar na Biblioteca do Museu), a *mão direita* do Mestre, no cotidiano institucional. Um ano após Roquette Pinto receber o cargo de professor-chefe da Divisão de Antropologia e Etnografia, entre julho e agosto de 1925, Heloísa prestou concurso para professora substituta da mesma Divisão, perante uma banca examinadora composta por membros da Congregação do Museu Nacional, então sob a direção de Arthur Neiva. O concurso, com grau de dificuldade afamado, incluía provas escrita, oral e prática. Nestas, Heloísa disputou com Padberg Drenkpol, Raymundo Lopes, Cornélio Fernandes Netto e Francisco Borja Mandacaru Araújo<sup>9</sup>.

<sup>6</sup> Em nota de fim de capítulo, Freyre chama atenção para o fato de que a divisão do trabalho, entre os sexos, que destinava à mulher índia o manuseio do barro na confecção das cerâmicas havia sido confirmada pela cientista que, sobre isto, concluíra no estudo da arte marajoara. Cf. Miglievich Ribeiro, “Heloísa Alberto Torres e Marina São Paulo de Vasconcellos: entrelaçamento de círculos e a formação das ciências sociais na cidade do Rio de Janeiro”, 2000, p. 60.

<sup>7</sup> Cf. Publicações do SPHAN, vol.6, 1940; reeditado sob o título “Vaso Marajoara”, Revista do Museu Nacional, agosto/45.

<sup>8</sup> Sergio Miceli aponta em *Intelectuais e classes dirigentes no Brasil – 1920 / 1945* (1979) que os primeiros representantes da intelectualidade brasileira eram filhos de famílias abastadas, algumas delas em decadência material. Mas, pelos seus conhecimentos e relações pessoais, passaram a ocupar cargos no Estado brasileiro em expansão. Foram responsáveis pelas políticas de inovação, proteção e conservação da educação e da cultura. Em sentido sociológico, ser um *nome importante* supunha representar os valores de uma elite intelectual e política que, naquelas décadas, procurava *construir* o Brasil. Ingressar neste mundo implicava, ainda segundo Miceli, em *Poder, sexo e letras na República Velha* (1977), a capacidade de utilizar o capital das relações sociais e da honorabilidade – educação dos filhos; escolha dos cursos superiores; casamento; nomeação para cargos públicos –, para ocupar posições de prestígio, em expansão naquele dado contexto.

<sup>9</sup> Foram localizados no Arquivo Histórico do Museu Nacional, sobretudo graças ao empenho da funcionária Maria José Veloso, o edital do concurso, a carta de convocação dos inscritos para a realização da prova escrita, seguida da comunicação de seu adiamento (29/7/25), carta de convocação para sorteio do ponto da prova prática (8/8/25) a ocorrer em 10/8/25; e carta convocando para a leitura da prova escrita em 14/8. O adiamento do início do concurso, previsto, inicialmente, para 24/7/25, deu-se por



A candidata obteve a primeira colocação, por unanimidade de votos, com um total de 38 pontos, num máximo de 40. Distinguiu-se, em mais de 10 pontos, de Jorge Padberg Drenkpol e Raymundo Lopes, ambos empatados em segundo lugar. Seguiram-nos, em terceiro lugar, Francisco Araújo e, em quarto lugar, Cornélio Fernandes Netto.

Foi logo após o concurso que Heloísa iniciou suas expedições para pesquisas de campo. Viajou para o litoral de São Paulo, a fim de verificar o estado dos sambaquis de Iguape, descritos por Krone. Em 1927, partiu para Vespasiano, em Minas Gerais, a fim de examinar sítios arqueológicos. Em 1928, empreendeu uma série de viagens regulares aos sítios arqueológicos, do rio Iriri, em Magé, ricos em cerâmica pintada com a técnica da tradição tupi-guarani. Descobria assim, a especialidade que a tornaria conhecida internacionalmente: o estudo da cerâmica brasílica. Trabalhou ainda em levantamento de fontes bibliográficas; organizou coleções de arqueologia e etnografia; restaurou peças; e estudou e identificou documentos, dedicando-se, de modo especial, à arte cerâmica marajoara, sobre a qual publicou os resultados de suas pesquisas, pela primeira vez, no ano de 1929<sup>10</sup>.

Não se nega, portanto, que a expedição a Marajó, expressando um empreendimento raro, para uma mulher, em 1930, colocou-a numa posição de destaque. O caráter inusitado da expedição ganhou a dimensão de uma imensa aventura, a ponto de motivar uma narrativa literária. A partir destes estudos, Heloísa foi, definitivamente, alçada à categoria dos *pesquisadores*. Ao encerrá-la, uma nova etapa de sua trajetória se iniciava. No dia 31 de abril, foi nomeada, por decreto, para o cargo de professor-chefe da Seção de Antropologia e Etnografia, do Museu Nacional. Nesse posto, Heloísa Alberto Torres passou a promover e ministrar cursos de extensão universitária, entre os quais *Estudos Nacionais de Etnografia do Brasil* (1932), *Evolução das Teorias Etnográficas* (1933) e *A Mulher entre os Índios do Brasil* (1934)<sup>11</sup>. Da pesquisa de campo, retornaria ao Gabinete. À medida que Roquette Pinto se afastava do Museu Nacional, para se dedicar aos esforços da Educação no Brasil, Heloísa, cada vez mais envolvida com as atividades do Museu Nacional, gradualmente substituíra o mestre.

Suas atividades administrativas, também, tornaram-se cada vez mais intensas. De 1935 a 1937, exerceu a função de *vice-diretor*, do Museu Nacional, eleita pela Congregação desta instituição. O diretor do museu era Alberto Betim Paes Leme. Reeleita por dois períodos imediatos, 1936 e 1937, por unanimidade dos votos da Congregação, em fins de 1938, assumiu o cargo de Diretora do Museu Nacional, no qual permaneceu até 1955, quando, então, foi substituída por José Candido de Mello Carvalho, seguido, em 1961, por Newton Dias dos Santos.

### 3) Heloísa e Lévi-Strauss no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil

Em tempos em que o Estado brasileiro investia na construção da identidade nacional, Heloísa, além da direção do Museu Nacional, constituiu órgãos, tais como o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Conselho de Fiscalização de

---

razões de saúde de um dos candidatos: Heloísa Alberto Torres. Também consta do Arquivo a carta-relato do resultado final do concurso.

<sup>10</sup> Em seu “curriculum vitae” (doc. 045/002) aparece a referência à publicação do estudo, datada de 1929, em matéria para “O Jornal”, intitulada: “A cerâmica entre os indígenas”. A *Revista Kosmos*, julho de 1930 (doc. 045/009) traz a matéria revista e reeditada. Currículo e cópia da matéria encontram-se no Arquivo CCHAT.

<sup>11</sup> Atividades citadas nos “Relatórios de Atividades” do Museu Nacional, não publicados. Arquivo Histórico do Museu Nacional.



Expedições Artísticas e Científicas no Brasil; Conselho Nacional de Proteção aos Índios; e Fundação Nacional do Índio.

As iniciativas de Heloísa Alberto Torres no Museu Nacional conciliavam a formação dos jovens pesquisadores e o intercâmbio junto aos centros de pesquisa estrangeiros, incentivando também a produção de artigos e a permuta de publicações, numa época em que o mercado editorial praticamente inexistia no país. Sua visão do Museu em sua totalidade levou-a, também, a buscar a qualificação de seu corpo técnico e o enriquecimento das coleções das Divisões de Zoologia; Botânica; Geologia e Mineralogia.

Na qualidade de representante do Museu Nacional, Heloísa tornou-se, também, uma figura de prestígio no campo indigenista, em consonância com o novo *ethos* de “invenção” da brasilidade que orientava as políticas e instituições culturais daqueles anos. Assim, atuou, de 1934 a 1939, no Conselho das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil, criado a partir do decreto nº 22.698, de 11 de maio de 1933, com o objetivo de inspecionar, controlar e fiscalizar todas as expedições e bandeiras realizadas por estrangeiros ou por iniciativa de particulares. Em seguida, foi indicada para compor o Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI), criado pelo decreto-lei n.1.794, em 22/11/39.

Uma fuga descontrolada de peças e coleções preciosas para a construção de nossa identidade nacional em direção aos museus estrangeiros, enfim, chamava a atenção dos dirigentes das instituições de cultura no Brasil. Surpreende-nos, contudo, a autoridade com que *Dona Heloísa*, ao compor o Conselho das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil apreciava e tomava decisões acerca dos casos mais polêmicos. Seus pareceres eram, na maioria dos casos, definitivos.

Ela guiava os pesquisadores visitantes, através da extensa e morosa burocracia estatal, fazendo do Museu Nacional o verdadeiro *passaporte de idoneidade* para aqueles desejosos da obtenção de licença para expedições em território brasileiro. Consequentemente, o Museu Nacional tornava-se inevitavelmente beneficiário da existência do Conselho Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil, com o recebimento de várias coleções, na parcela brasileira consagrada legalmente. Ainda, Dona Heloísa convertia o apoio às expedições estrangeiras em benefícios para a qualificação dos jovens antropólogos brasileiros. Muitas delas iniciaram, no campo, jovens naturalistas, como Luiz de Castro Faria e Eduardo Galvão. A Diretora do Museu convidava os pesquisadores estrangeiros a trabalhar no Brasil, propondo-lhes, imediatamente, a adesão a um plano de formação da nova geração do Museu Nacional. Em contrapartida, oferecia-lhes uma referência institucional que se potencializava com sua forte presença no Conselho a que cabia aprovar a respectiva expedição.

Charles Wagley foi um dos contemplados com o empenho de Heloísa Alberto Torres em seus trabalhos etnográficos entre grupos indígenas localizados, no Estado de Goiás, entre os rios Araguaia e Tocantins, estendendo-a ainda aos afluentes mato-grossenses do Araguaia, especialmente ao rio Tapirapés. Iniciava, de modo voluntarista, o que mais tarde se chamou *íticas de convênio*, indispensáveis na consolidação da prática etnográfica indígena no Brasil. Também, Emil Heinrich Snethlage – sobrinho da naturalista Emília Snethlage - que havia trabalhado durante vários anos no Museu Nacional, comissionado pelo Museu de Berlim, cuja expedição, em 1934, chegou à região do rio Guaporé. Curt Nimuendajú responde, com os incentivos do Museu, pela organização da coleção, completa dos índios Canela, reunida, entre maio e julho de 1935, também no Museu Nacional<sup>12</sup>.

<sup>12</sup> É sabido o empenho de Dona Heloísa em defesa das populações indígenas em risco ao mesmo tempo que a preocupação com a preservação de sua memória. Hoje, no século 21, seus descendentes questionam



Também, são conhecidos seus confrontos. Aqui, detemo-nos apenas num deles, que envolveu o então jovem antropólogo Claude Lévi-Strauss que, em 1935, iniciava juntamente com sua mulher, Dina, os preparativos para a realização de sua primeira expedição ao Brasil Central. Nesta ocasião, o Museu Nacional, na pessoa do Diretor Alberto Betim Paes Leme, dirigiu ofício ao Presidente do Conselho de Fiscalização, informando a intenção de Lévi-Strauss e comunicando, também, a decisão do Museu no sentido de patrocinar tal iniciativa, com explícito interesse no recebimento das coleções científicas. Submetido o pedido à apreciação do Conselho, este concedeu a licença para a expedição, que se estenderia de novembro de 1935 a março de 1936.

O Museu Nacional, porém, nunca recebeu a *parte brasileira* da coleção etnográfica de Lévi-Strauss, contabilizada em 161 artefatos Bororo, 164 Kadiwéu, dois Terena e um Kaingang, totalizando 328 peças deixadas no Brasil. Além disso, comparando o total de peças deixadas nas instituições brasileiras, segundo o inventário, com o número de peças atualmente existente no *Musée de L'Homme*, em Paris, para onde foi remetida a *parte francesa* da coleção, pode-se verificar que a divisão nunca se deu de forma equitativa, como estabelecia a legislação<sup>13</sup>

Na organização de sua nova expedição ao Brasil, em 1937, Lévi-Strauss, escreveu para Heloísa Alberto Torres, que já substituíra Paes Leme na Direção do Museu Nacional. O cientista francês enviava-lhe o pedido de nova concessão de licença que, imediatamente recebeu, de Dona Heloísa, em 13 de abril daquele ano, parecer favorável, se cumpridas as exigências legais: 1) a aprovação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), sobre a conveniência da expedição; 2) a exportação do material coletado pelo porto do Rio de Janeiro; e 3) o cumprimento do regulamento sobre a distribuição das coleções e o acompanhamento de um delegado do Museu Nacional.

O processo de autorização de sua expedição, contudo, foi suspenso pelo Presidente do Conselho de Fiscalização, Campos Porto, alegando que faltavam as relações do material incorporado às instituições nacionais da expedição anterior. Heloísa determinou-se a obter as aludidas relações que faltavam no processo.

Lévi-Strauss, desagradado com as exigências do Museu Nacional, sobretudo com se se fazer acompanhar por um *delegado do Museu Nacional*, nada menos do que o então jovem estudante Castro Faria, sem ter a menor idéia do parecer desfavorável do Conselho, Entrou em contato com a Universidade de São Paulo, a fim de que a expedição aprovada pudesse vir a ter outra parceria institucional. Lévi-Strauss, de Paris, contatava Dona Heloísa dispensando-a da parceria já que ganhara a participação da USP. Solicitava, pois, na mesma carta, que o delegado do Museu Nacional fosse dispensado, visto que os brasileiros ligados a USP poderiam cumprir a função de fiscalização.

Castro Faria, em entrevista a mim concedida, relembra que Heloísa ressentiu-se

---

a legitimidade de seu acervo cultural guardado nos museus. Quando da atuação do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil, o cenário era outro e não havia quem defendesse que as populações nativas “cuidassem” do que lhes pertencia. Tratava-se, apenas, dos museus brasileiros assumirem tal tarefa ou deixar tudo para as expedições particulares e comerciais ou para os museus científicos de “além-mar”.

<sup>13</sup> Existem, hoje, no *Musée de L'Homme*, em Paris, referentes à coleção, 341 artefatos Bororo, 230 Kadiwéu e 31 Guarani / Kaingang, totalizando 602 artefatos. Os documentários em 8 mm realizados pelo casal Lévi-Strauss sobre os índios Bororo e Kadiwéu foram doados ao Departamento de Cultura da Cidade de São Paulo, sob a alegação de que se o Museu Nacional emprestara seu prestígio para que a expedição obtivesse o licenciamento do Conselho. Havia sido, porém, o Departamento de Cultura de São Paulo, ao qual se ligara Dina Lévi-Strauss, como secretária da Sociedade de Etnografia e Folclore, fundada por Mário de Andrade, então chefe do Departamento de Cultura, que efetivamente subvencionara a expedição. Cf. Grupione, 1998.



da decisão de Lévi-Strauss. Comunicou ao antropólogo francês que a licença para a expedição ainda não havia sido concedida. Esclareceu-lhe que, da parte do Museu Nacional, o *delegado* a acompanhá-lo no campo era um jovem pesquisador em formação, no Museu Nacional, não um *agente fiscal*, embora esta fosse a exigência legal. Porém, tendo a expedição ganho outra parceria, retirava, certamente, o nome de seu estudante. Anunciava, porém, que não mais participaria das negociações referentes à expedição, que deveriam, a partir de então, ser assumidas pela Universidade de São Paulo.

Conforme narro em minha tese (Miglievich Ribeiro, 2000), não há dúvidas de que a iniciativa gerou constrangimentos de ambos os lados. A disputa pela concessão da licença para a expedição de Lévi-Strauss passou então a ser dirigida integralmente pelo Departamento de Cultura de São Paulo, tendo à frente Mário de Andrade. Desta vez, porém, o Conselho de Fiscalização mostrava-se mais intransigente. Sem o empenho de Dona Heloísa, as dificuldades legais para a concessão da autorização da expedição pareciam intensificadas. Ao fim do processo, a Expedição Etnográfica à Serra do Norte de Lévi-Strauss foi julgada *inconveniente e inoportuna*, podendo gerar *consequências desastrosas, tanto para os expedicionários, como para os índios*.

Não era esse, muito provavelmente, o motivo real do parecer negativo do Conselho. A intransigente recusa de Lévi-Strauss em aceitar um delegado do Museu Nacional interferiu negativamente nas negociações acerca da autorização da expedição. Quando o Departamento de Cultura de São Paulo, enfim, solicitou ao Museu Nacional a indicação de um nome para acompanhar a expedição, e o jovem Castro Faria voltou a ser indicado, as circunstâncias tornaram-se outras. Heloísa retomou seu pessoal empenho para sua viabilização. Argumentou aos colegas conselheiros que, *se os índios são hostis*, mais um motivo da tentativa de contato se dar através de uma comissão científica, não por outros meios, estando esta qualificada para a aproximação que impedisse seu desaparecimento. Não se pode duvidar do poder de persuasão de Heloísa Alberto Torres. Fato é que Lévi-Strauss ficou a esta devendo a anuência do SPI a sua segunda expedição no Brasil.

Absolutamente nada pode indicar outros interesses da parte de Dona Heloísa, como Diretora de Museu, que não a formação de seus quadros científicos. A coleção trazida pela nova expedição de Lévi-Strauss que atingiu um total de 1.505 peças, destinou 760 peças às instituições brasileiras e as outras 745 seguiram para a França. A parte brasileira foi doada integralmente ao Museu Paulista. O único ganho do Museu Nacional havia sido efetivamente o envio de um de seus pesquisadores para o trabalho de campo, apesar do mal-estar inicial.

#### 4) A questão indígena

Rondon foi o fundador e presidente do Conselho Nacional de Proteção ao Índio (CNPI). O CNPI funcionava como órgão formulador e consultivo, para que a política indigenista brasileira fosse executada pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI). O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios era membro-nato do CNPI, portanto, Rondon estava em ambas as esferas. Heloísa Alberto Torres foi conselheira do órgão, desde sua criação, insistindo para que interferisse nos aspectos técnico-administrativos do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), a fim de que se estabelecessem uma mais franca cooperação entre ambos, CNPI e SPI.

Na prática, o SPI deixava-se conduzir por uma política de cunho mais integracionista, baseada no nacional-desenvolvimentismo, que acabava por ameaçar os



povos indígenas, à medida que o índio deveria ser, antes de tudo, o *trabalhador nacional*. Esta ideologia dominou o serviço a despeito das críticas preservacionistas, mais próximas do que hoje cunharíamos como *auto-determinação*, elaboradas por alguns de seus membros, a exemplo da própria Heloísa Alberto Torres. (Leandro Mendes Rocha, 1997). Com a morte de Rondon, em 1958, a relação entre ambos os órgãos ficou ainda mais dificultada.

Já em 1954, Heloísa tornara-se vice-presidente do CNPI e, em 1955, substituindo o Marechal Rondon, passou à presidência do órgão. Ao longo dos anos, conviveu não apenas com Rondon, seu amigo pessoal, mas com Darcy Ribeiro, David Azambuja, Jorge Ferreira, Noel Nuteils, Raymundo de Vasconcellos Aboim, Roberto Cardoso de Oliveira, Orlando Villas Bôas, dentre outros. Trouxe para o CNPI a ex-*Seção de Estudos* do SPI, criando a nova *Seção de Documentação e Divulgação* do CNPI, através do Decreto n. 10.652, de 16 de outubro de 1942 com o fito de, ao se verificar a impossibilidade das pesquisas manterem seu ritmo no SPI, assumir a continuidade das atividades de pesquisa<sup>14</sup>.

Em dezembro de 1963, iniciou, com financiamento do Fundo Federal Agropecuário, o trabalho preparatório de recenseamento em âmbito nacional dos grupos indígenas nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Maranhão, Amazonas, Goiás e sul do Mato-Grosso, hoje, Mato Grosso do Sul. Contando com uma equipe interdisciplinar de especialistas, dentre eles, Ney Land, Rubens Auto da Cruz Oliveira, Ivan José da Silva, Pedro Vasques Floret, Hélio da Rocha Santos, Perek e Brigitte Willians, Dona Heloísa conseguiu reunir dezenas de relatórios que retratavam o problema do índio no Brasil com ênfase na sua qualidade de vida. Não poucas vezes, o próprio pesquisador dedicava-se a pesquisar a área para poder responder ao questionário<sup>15</sup>.

Como presidente do CNPI, Heloísa participou da criação da FUNAI. Em 1966, elaborou *Plano de Organização e Desenvolvimento de Comunidades Indígenas*. Este Plano tinha o objetivo de subsidiar a política indigenista brasileira, abrangendo os campos educacional, econômico e sanitário. Segundo Heloísa Alberto Torres, os Parques Indígenas deveriam ser criados para os que vivessem geograficamente isolados e mesmo arredios. Os parques deveriam ser fechados aos civilizados, receber apenas assistência médica, *para se armarem biologicamente contra as nossas moléstias*. Seu ponto de vista *preservacionista* levava-a a combater o *espírito desenvolvimentista* no Brasil, a seu ver, movido por ambições materiais que, inevitavelmente, provocavam a *deculturação*, termo de uso comum à época, do índio. Para os que já mantiveram contatos com a civilização, dever-se-ia criar um plano de organização de desenvolvimento das suas sociedades,

em que não lhes será imposto nenhum sistema econômico estranho, mas através do qual procurar-se-á os indivíduos dotados para a liderança e obter desses líderes que indiquem o que desejam fazer; quais as medidas que julgam

<sup>14</sup> As informações acerca das atividades de Heloísa Alberto Torres, à frente do CNPI, baseiam-se em entrevistas com indigenistas, que com ela trabalharam, e em documentos oficiais localizados na pasta CNPI / Arquivo Museu do Índio e envelope n.18 do Arquivo Heloísa Alberto Torres, Museu Nacional.

<sup>15</sup> Um de meus entrevistados observou que, de modo geral, o recenseamento levou ao conhecimento das autoridades o despreparo e a exploração sobre o índio, muitas vezes, do próprio encarregado do posto, o que justificou, mais tarde, a criação do curso de “chefe de posto”. Os relatórios do recenseamento encontram-se no “Dossiê Administrativo (1965-1970) – Pasta DEP / 68”, Museu do Índio. Segundo entrevistados, nunca foi feito um relatório geral, dado que houve uma interrupção do imenso trabalho em 1968, com a extinção do CNPI. Os relatórios eram feitos separadamente, por postos indígenas.



necessárias à organização do seu grupo; e quanto ao desenvolvimento de sua comunidade. É o espírito de auto-promoção (Torres, 1968).

Instituída a FUNAI, vinculada ao Ministério do Interior, através da Lei 5371, de 5.12.67, e extinto o CNPI, Heloísa, por mais um ano, até dezembro de 1968, manteve-se na Diretoria do Departamento de Estudos e Pesquisas da FUNAI – sediado no Museu do Índio –, a fim de encerrar suas atividades à frente do recenseamento das populações indígenas. Diz em entrevista a mim concedida Lygia Martins Costa, museóloga com participação ativa no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em tempos de Rodrigo Melo Franco de Andrade, quando trabalhou diretamente nos projetos de Heloísa Alberto Torres

Dona Heloísa trabalhou lá até os 73 anos. Com pulso, ela organizou tudo. Ela tinha aquele mapa enorme do Brasil, com as tribos todas. Com aquelas cruzinhas todas, as tribos todas marcadas em conjunto. Ela estava sempre recebendo gente, despachando e orientando. Estava sempre trabalhando com essa história das pessoas que ela mandava lá nas expedições. E fazia, e orientava, ela ia seguindo, quais as expedições que estavam trabalhando, com quais índios.

Trabalhando ininterruptamente pela causa dos índios, de 1936 a 1968, não é surpreendente que Dona Heloísa demonstrasse uma rara intimidade com os indígenas, somente identificada entre os pesquisadores que com ela conviveram, tal como na identificação e sistematização dos filmes da Comissão Rondon, a fim de produzir um documentário sobre esses filmes, como parte da *Campanha Nacional de Proteção aos Índios*, em 1967. Sobre isso, disse-me em entrevista, Ana Maria Galano, então professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro:

De blusa engomada e minúsculos botões de pérola, Dona Heloísa chegava pontualmente à moviola que era abrigada nas dependências da Escola de Desenho Industrial (ESDI). Chegava de jipe com motorista, como para uma expedição por trilhas e florestas. Em pequenas fichas, eu escrevia dados técnicos e comentários de Dona Heloísa sobre grupos indígenas. As fichas iam depois para uma caixa de papelão, embalagem de sapato, na sede da Campanha.

Convidada para debates sobre a questão indígena, defendia o ponto de vista de que o Estado – aliado a entidades civis nacionais e internacionais – tinha como tarefa preservar as populações indígenas, atentando para o fato de que a recém-criada FUNAI não podia prescindir dos estudos já realizados pelo antigo CNPI (Torres, 1968).

### **Considerações Finais**

Vários autores contestaram divisões tão rígidas no desenvolvimento de um campo de conhecimento e rejeitaram as noções de *pré-ciência* e *ciência*. Além disso, a



*obsessão* pela temática da identidade nacional e do desenvolvimento do país caracterizou as gerações de cientistas sociais brasileiros, *antes* e *depois* do que se chamou institucionalização da ciência. Maria Isaura Pereira de Queiroz (*apud* Villas Bôas, 1994) demonstrou que a busca de uma identidade nacional jamais anulou o rigor dos estudos realizados, ao contrário, estimulou-os. Marisa Peirano (1992) retomou o problema, observando que, no contexto social e histórico brasileiro, as ciências sociais perderiam sua marca registrada se abandonassem a reflexão sobre o Brasil e seus paradoxos. A questão nacional é, portanto, emblemática do desenvolvimento das ciências sociais brasileiras. Nesta, situou-se, também, nossa personagem: Heloísa Alberto Torres.

Também, esta análise autoriza a observar como personagens e grupos se constituem e se reconstituem em alianças e conflitos que garantem às ciências sociais sua vitalidade. O aspecto, talvez, mais original tenha sido que, desta vez, protagonizava tais acordos e embates uma personalidade feminina, pioneira, nascida em 1895, falecida em 1977. Assim é que Heloísa Alberto Torres colaborou de forma decisiva na criação da antropologia brasileira e no fortalecimento de instituições científicas e de cultura.

Receptora de uma tradição, sem dúvidas, Heloísa Alberto Torres, herdeira de Roquette Pinto, fez-se transmissora de seu legado. Porém, não apenas isto. Curiosa, soube ressignificar a questão indígena, por exemplo, e até o fim da vida buscar, mediante o fortalecimento das pesquisas, reunir as condições para que as instituições públicas e seus representantes não pudessem adjudicar sem real conhecimento de causa. Preservacionista e visionária, Heloísa foi uma humanista (não-etnocêntrica, importa frisar hoje, dado que este termo tem sido recentemente denunciado em seu potencial de auto-engano).

Responsável pelo treinamento de novos profissionais, pela provisão de um ambiente adequado ao aprendizado, pela incorporação de novos atores e pela sustentação de padrões de desempenho através da alocação de meios e recompensas, para o exercício intelectual, dedicou-se a criar uma rotina garantidora da convivência intelectual. Recomendando a seus alunos, trabalhos específicos a serem lidos, despertando neles a motivação para a dedicação a um ofício, falar de Heloísa é, também, falar que a ciência não vive apenas de seus “momentos revolucionários”, mas do trabalho exaustivo e diário de muitos para que as inovações não se percam.

A eleição de seu nome nesta pesquisa tornou-se *imbatível* – já são raros os estudos sobre a participação das mulheres na vida intelectual - não só na intensidade de sua vida devotada à ciência e à cultura, mas por sua precocidade. Sua carreira, é bom lembrar, iniciou-se em 1918, ao entrar, como estagiária, no Museu Nacional, sendo a mim desconhecido outro nome feminino, que lhe tivesse precedido nas ciências sociais brasileiras em sentido estrito<sup>16</sup>. Novos estudos, porém, não de ser estimulados de modo que se ponha em xeque a idéia de que as Ciências Sociais foram um projeto exclusivamente dos homens.

Quando se tenta explicar a consolidação do campo das Ciências Sociais, alianças e confrontos fazem parte do *jogo* que tornam as sociedades possíveis. Esta é a condição mesma do dinamismo social. A *jogadora* Heloísa Alberto Torres não é apenas a filha de Alberto Torres, a moça bem educada que se interessa pela História Natural e, por conta de suas boas relações, acumula cargos de prestígio em instituições científicas e culturais

---

<sup>16</sup> Podemos lembrar Maria Isaura Pereira de Queiroz, na USP, discípula de Roger Bastide, contemporânea de Florestan Fernandes, portanto bem mais jovem do que Heloísa Alberto Torres. Professora de várias gerações de cientistas sociais e “dona” de uma expressiva produção sociológica era particularmente sedutora. Cf. Ethel Volfzon Kosminsky (Org.), *Agruras e prazeres de uma pesquisadora: ensaios sobre a sociologia de Maria Isaura Pereira de Queiroz*, 2000.



na cidade do Rio de Janeiro. É, também, a jovem ousada que procura por livre iniciativa Roquette-Pinto e se torna indispensável na instituição Museu Nacional; que viaja para o litoral de São Paulo e retoma o nordeste brasileiro inteiro pela orla até chegar a Ilha de Marajó, fazendo-se, então, especialista em cerâmica brasileira. É a diretora do Museu Nacional, que enfrenta adversários poderosos em distintos momentos de sua carreira, é a formadora de gerações de antropólogos, a articuladora de importantes convênios internacionais em prol das ciências sociais brasileiras. É pró-ativa, crítica, auto-crítica; também autoritária, centralizadora. É indignada e obcecada. intuitiva e reflexiva. Curiosa. Lúcida. Pesquisadora. Não há rótulos em quem lhe cabem tantos.

Se toda produção intelectual pressupõe a existência de pessoas e de grupos de pessoas capazes de garantir as condições para que os trabalhos intelectuais se realizem, a regularidade das atividades, a formação de quadros profissionais, a acumulação e a transmissão do conhecimento, a legitimação de um campo de saber perante os demais, as interações entre antigos e novos círculos sociais, falamos, pois, daqueles e daquelas que (re)criam instituições sociais. Este foi, inegavelmente, o maior empenho intelectual de Heloísa Alberto Torres, num contexto de (re)invenção do Brasil. Talvez, se deva lembrar que, noutro contexto, novos desafios se projetam às ciências sociais, ao Brasil, à América Latina, ao mundo em que habitamos.



## Bibliografia

ÁVILA, Bastos de (1933), *No pacoval de Carimbé*. Rio de Janeiro, Calvino Filho

GRUPIONE, Luis Donisete Benzi. (1998), “Coleções e Expedições Vigeadas” em *Los etnólogos no Conselho de Fiscalização das expedições artísticas e científicas no Brasil*. HUCITEC / ANPOCS, São Paulo

KOSMINSKY, Ethel Volfzon (Org.) (1999), “Agruras e prazeres de uma pesquisadora” em *Ensaio sobre a sociologia de Maria Isaura Pereira de Queiróz*. Marília, UNESP-Publicações/FAPESP

LEMOS, Maria Teresa Toríbio B. (1995), *Alberto Torres: contribuição para o estudo das idéias no Brasil*. Rio de Janeiro, Quartet e Comunicação.

MICELI, Sergio (1979), *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: DIFEL

----- (1977), *Poder, sexo e letras na República Velha*. São Paulo, Perspectiva

MIGLIEVICH RIBEIRO, Adelia Maria (2000), “Heloísa Alberto Torres e Marina São Paulo de Vasconcellos” em *Entrelaçamento de círculos e a formação das ciências sociais na cidade do Rio de Janeiro*. PPGSA/IFCS/UFRJ. Orientadora: Dra. Glaucia Villas Boas. Tese de doutorado.

PEIRANO, Mariza (1992), “Uma antropologia no plural: três experiências contemporâneas”. Brasília, UNB.

SPHAN, “Vaso Marajoara”, *Revista do Museu Nacional*, agosto/45 (1ª. edição vol.6, 1940).

VILLAS BÔAS, Glaucia K. (1997), “Iluminista e romântico. O tempo passado em Os Sertões de Euclides da Cunha”, em *História, Ciências, Saúde*. Manguinhos, vol. 1, n.1 (jul-out. 1994). Rio de Janeiro, Fio Cruz.

### Fontes primárias:

#### i) Documentos:

Acervo CCHAT. Doc. 045/002 - “Curriculum Vitae” ;Doc. 045/009 - “A cerâmica entre os indígenas” - matéria para “O Jornal”, 1929. Doc. 045/016 - “Cerâmica de Marajó” – conferência realizada por Heloísa Alberto Torres, na Escola Nacional de Belas Artes, série Salão, 1929. Ed. Typ “Brasil Social”; 170, RJ. *Revista Kosmos*, julho de 1930;

Arquivo Histórico do Museu Nacional: “Relatórios de Atividades” do Museu Nacional, não publicados.

Arquivo Heloísa Alberto Torres, Museu Nacional. Envelope n.18 da Pasta CNPI - Palestra de Professora Heloísa Alberto Torres – Rotary Club do Rio de Janeiro – 10 de janeiro de 1968 – “O índio e a assistência que cumpre dar-lhe”;



Arquivo Museu do Índio. “Dossiê Administrativo (1965-1970) – Pasta DEP / 68”.

ii) Entrevistas gravadas concedidas à autora (ordem de citação no artigo)

1. Pe. Fernando Bastos de Ávila – 3/3/98

Luiz de Castro Faria – 18/3/99

Lygia Martins Costa – 9/3/98

*Ana Maria Galano – 4/3/99*

